

Lei n°        , de        de        de        .

Dispõe sobre a criação de um cargo em comissão e de funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região.

O P R E S I D E N T E D A R E P Ú B L I C A

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** Ficam criados no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região 1 (um) cargo em comissão de Diretor de Secretaria, código CJ-3, e as funções comissionadas constantes do Anexo I desta Lei.

**§ 1º** O cargo de Diretor de Secretaria será preenchido mediante livre indicação do Presidente do Tribunal.

**§ 2º** As funções comissionadas serão preenchidas nos termos da Lei n.º 8.112/90.

**Art. 2º** As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas ao Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região no Orçamento Geral da União.

**Art. 3º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 5º** Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília-DF.,        de        de 2003; 182º da Independência e 115º da República.

ANEXO I

(Art. 1º da Lei nº           , de    de            de    )

FUNÇÕES COMISSIONADAS	NÍVEL	QUANTIDADE
Assistente Secretário	FC-5	01
Assistente Técnico Especializado	FC-3	07
TOTAL		08

## **J U S T I F I C A T I V A**

Nos termos dos artigos 48, inciso X, e 96, inciso II, alínea "b", da Constituição Federal, submeto à elevada deliberação dos Excelentíssimos Senhores Membros do Congresso Nacional anteprojeto de lei aprovado pelo Tribunal Superior do Trabalho, conforme o ATO.GDGCJ.GP.N.º 470/2003, que consubstancia medida para a criação de um cargo em comissão e funções comissionadas, no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região.

O crescente número de ações ajuizadas naquela Justiça Especializada, com a conseqüente elevação do volume de serviços e responsabilidades dos servidores, e a necessidade de propiciar maior funcionalidade e dinâmica às unidades administrativas da Corte justificam a adoção de medidas que viabilizem a adequação de sua estrutura organizacional, assegurando a manutenção da celeridade na entrega da prestação jurisdicional.

O anteprojeto de lei ora submetido à deliberação dos Excelentíssimos Senhores Membros do Congresso Nacional contempla a criação de 1 (um) cargo em comissão de Diretor de Secretaria, CJ-3, e de 8 (oito) funções comissionadas essenciais à reestruturação do TRT da 1ª Região.

Atualmente, o Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região é composto por 54 (cinquenta e quatro) juízes, sendo que quatro compõem a Administração do Regional.

Este anteprojeto de lei visa criar no Regional a décima Turma, passando cada uma delas a ser integrada por cinco juízes, havendo necessidade de criação de um cargo em comissão e de oito funções comissionadas para constituir o apoio necessário ao seu

proposição mereça a mais ampla acolhida, convertendo-se em lei com a urgência possível.

Brasília-DF,    de novembro de 2003.

**FRANCISCO FAUSTO PAULA DE MEDEIROS**  
**Ministro Presidente do**  
**Tribunal Superior do Trabalho**